

## Parte 1 - Do CachoeiraDoc

### Política cultural, financiamento e gestão de um festival de cinema

Fernanda Pimenta  
Leonardo Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIMENTA, F., and COSTA, L. Política cultural, financiamento e gestão de um festival de cinema. In: CESAR, A., MARQUES, A. R., PIMENTA, F., COSTA, L., eds. *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc* [online]. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 59-82. ISBN: 978-65-5630-192-1. <https://doi.org/10.7476/9786556301921.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

# Política cultural, financiamento e gestão de um festival de cinema

*Fernanda Pimenta*

*Leonardo Costa*

O CachoeiraDoc: Festival de Documentários de Cachoeira teve oito edições periódicas anuais entre 2010 e 2017, na cidade de Cachoeira, no recôncavo da Bahia. Nas oito edições, cerca de 17 mil pessoas assistiram a mais de 345 documentários, muitos deles inéditos na Bahia e no Brasil. O festival buscou promover o intercâmbio de ideias e incentivar que a cidade de Cachoeira e o estado da Bahia articulem-se ao mundo através do cinema. Além dos debates com os realizadores que vinham de todas as regiões do país, foram realizadas 20 oficinas e 26 mesas-redondas. Em 2017, além do festival em Cachoeira, foi realizada a mostra CachoeiraDoc em Movimento, com documentários contemporâneos brasileiros em exibição na Caixa Cultural, em Salvador. Em maio de 2020, em plena pandemia da Covid-19, aconteceu uma edição especial e *on-line* do festival intitulada “Festival Impossível, Curadoria Provisória”. Em dezembro de 2020, foi realizada a nona edição do CachoeiraDoc, também *on-line*. Todas as edições foram realizadas pela Ritos Produções, com a coordenação de produção feita pelos seus sócios,<sup>1</sup> e pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), através da coordenação e curadoria das professoras Amaranta Cesar e Ana Rosa Marques.

Miriam Alencar no livro, de 1978 (p. 55), *O cinema em festivais e os caminhos do curta-metragem no Brasil* destacou que a importância dos festivais de cinema se dá:

[...] a) pelo que pode e deve revelar de novos valores, novas idéias, novas culturas, através da participação ativa do maior número de países; b) pelo mercado de venda de filmes, que proporciona a comercialização do produto aos mais diversos países; c) porque permite o

---

<sup>1</sup> Renata Rocha, em 2010, e Fernanda Pimenta e Leonardo Costa, de 2010 a 2020.

contato entre as pessoas, das mais diferentes regiões ou países, que trocam idéias entre si, que travam ou ampliam seu conhecimento do que está se passando no mundo cinematográfico.

Ainda segundo a autora:

Os festivais (cinematográficos) possuem uma série de fatores políticos, econômicos, culturais, sociais, onde governamentalmente transmite-se um ponto de vista de incentivador cultural; para os realizadores é uma janela de exibição; para a sociedade é uma forma de acesso à cultura; para investidores é uma chance de atrelar sua marca à imagem do festival, em contato direto com o público, além de serem partes importantes da cadeia produtiva cinematográfica. (ALENCAR, 1978, p. 44)

Essas reflexões de Alencar, embora antigas, continuam sendo válidas até hoje para falarmos sobre um festival de cinema. Neste artigo buscamos abordar brevemente a trajetória, do ponto de vista de quem realiza um festival, envolvendo os processos de financiamento, produção e gestão do CachoeiraDoc, cuja principal relevância está em propiciar encontros entre filmes e pessoas numa cidade na periferia do Brasil. Não podemos narrar esses fatos sem uma conexão com as políticas culturais para o setor do audiovisual, algo importante para o desenvolvimento do mercado e da área do cinema.

## Políticas para o audiovisual

Quais são as condições de produção do cinema? Que políticas são dedicadas a tratar do setor na atualidade? Qual o papel da União, dos estados e dos municípios nesse processo?

Numa narrativa histórica mais ampla sobre as políticas audiovisuais no Brasil podemos perceber como a esfera nacional tem, em grande medida, maior participação nesse processo, o que não exclui a importância de ações e políticas pensadas e gestadas pelos governos estaduais e mesmo municipais.

Os profissionais do campo audiovisual participam como propositores e grupo de pressão para a criação e fiscalização de políticas. “As iniciativas do Ministério da Cultura em relação ao audiovisual contaram com a participação

dos profissionais do cinema desde sua elaboração e têm adquirido importância fundamental para o desenvolvimento do setor”. (BEZERRA; ROCHA, 2012, p. 131) Embates entre Estado, realizadores e empresários do setor criaram condições para o desenvolvimento de políticas para o segmento, indo além do fomento apenas de um dos elos da cadeia produtiva, através do estímulo da produção de filmes. Diversas ações e instrumentos foram criados:

[...] legislação específica para o setor, criação de condições para a formação de público e estabelecimento do produto nacional no mercado (tome-se como exemplo a Cota de Tela – percentual de dias ou número de filmes nacionais no circuito exibidor – ou a isenção fiscal para distribuidoras estrangeiras tornarem-se investidoras da produção cinematográfica brasileira), o sistema de incentivo fiscal, instituições e demais instrumentos de intervenção, dentre as quais situamos como mais emblemáticas a Embrafilme (criada em 1969, durante o Regime Militar, como produtora e depois também distribuidora de filmes nacionais) e, mais recentemente, a Ancine (Agência Nacional do Cinema). (COSTA, 2013, p. 132)

Interessante notar como a noção das tristes tradições (ausência, autoritarismo e instabilidade) das políticas culturais no Brasil, apontada por Rubim (2007), também reverbera no setor audiovisual. Na passagem anterior vemos como durante o regime militar (1964-1985) a criação da Embrafilme reforça a triste tradição de forte intervenção do Estado no campo cultural em períodos autoritários. Nessa época a produção de filmes nacionais foi bem sucedida, ao passo que, em momentos democráticos, nem sempre tivemos a mesma força para criar ou manter políticas específicas na área cultural, como foi, em especial, o caso do governo de Fernando Collor (1991-1992):

A atuação dos estados e municípios brasileiros na atividade cinematográfica se faz presente para preencher uma lacuna deixada pela ausência total dos órgãos, instituições e marcos regulatórios nacionais, quando do governo do então presidente Fernando Collor (1991-92). Concine (Conselho Nacional de Cinema), Embrafilme, Cotas de Tela e o próprio Ministério da Cultura foram extintos, desmantelando um conjunto de fatores que, embora não fosse totalmente eficiente, viabilizavam a existência do Cinema Brasileiro. (COSTA, 2013, p. 133)

O estímulo à regionalização, entretanto, não foi feito na Bahia do mesmo modo que em outros estados, como aponta o estudo: “[...] a regionalização estimulava o surgimento de centros regionais de produção, como, por exemplo, os polos surgidos no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco”. (MARSON, 2006, p. 54)

“A situação do audiovisual em Pernambuco difere dos demais estados do Nordeste, onde não identificamos ambientes igualmente privilegiados”. (COSTA, 2013, p. 134) Ou seja, num momento de instabilidade das políticas culturais, como no governo Collor, alguns estados, como a Bahia, enfrentaram esse vazio na criação de políticas para o setor.

O governo de Itamar Franco, sucessor de Collor, inicia uma retomada do cinema nacional, estimulando a participação de empresas privadas através, principalmente, do incentivo fiscal<sup>2</sup> na atividade de produção, que terá continuidade nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Só com o governo Lula (2003-2010) há uma consolidação das políticas para reestruturação da cadeia produtiva do audiovisual focando na produção dos filmes, mas também na difusão, formação, memória e política externa. Medidas para a descentralização da produção, fortemente concentrada no eixo Rio-São Paulo, foram iniciadas. Além da inclusão de grupos sociais até então excluídos das políticas para área.

O número de filmes lançados aumenta nesse período. Em 2002 foram 29 títulos e em 2013 foram 129. A produção documental também aumentou muito:

No ano 2000, os documentários representaram quase 20% dos lançamentos nacionais. Nos anos seguintes, a onda de documentários nos cinemas cresceu, a ponto de atingir, no final de 2004 mais de 30% dos lançamentos nacionais em salas de cinema. (RAVICZ, 2005, p. 34)

A ampliação do circuito dos festivais está diretamente vinculada ao aumento da produção audiovisual no país, a partir da chamada retomada do cinema nacional em 1995 e em especial a partir de 2003, com políticas de incentivos específicas criadas nos governos Lula e Dilma.

---

2 Em 1993, por pressão dos produtores de cinema, o governo de Itamar Franco criou a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993), na qual a empresa financiadora não precisava entrar com nenhum percentual de recursos próprios, patrocinava os filmes com recursos que iriam para o imposto de renda.

No caso das políticas para difusão do audiovisual, mais estritamente no caso das mostras e festivais, a Bahia tem tradição, e corrobora o panorama nacional de crescimento dos eventos nos anos 2000. Tamara Chéquer Cotrim (2017), na sua dissertação de mestrado sobre festivais e mostras de cinema na Bahia contemporânea nos conta que o primeiro evento de que se tem notícia no país aconteceu em Salvador em 1951, o Primeiro Festival de Cinema da Brasil, por iniciativa de Walter da Silveira e Carlos Coqueijo Costa. Em 1962, aconteceu o Primeiro Festival de Cinema da Bahia, com lançamento de *Tocaia no asfalto*, de Roberto Pires. Mas foi com a Jornada de Cinema da Bahia, que a Bahia se tornou parte do circuito de festivais. A primeira jornada aconteceu em Salvador em 1972 e a última (40ª edição) em 2013. Foi um dos mais antigos e longínquos festivais do país.

Na década de 1990, com a maior facilidade de produção de vídeos, nasceu em Salvador, em 1994, outro festival longo: o Festival Nacional de Vídeo Imagem em 5 Minutos. Organizado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb),<sup>3</sup> o evento reunia realizadores experientes e iniciantes, oriundos das mais diversas localidades do país, e exibia produtos em vídeo com até cinco minutos de duração. Foram ao todo 16 edições (em 21 anos, não aconteceu em 2001, 2002, 2006, 2010, 2013).

Tamara Chéquer Cotrim ressalta:

Os anos 2000 foram bastante significativos no que diz respeito aos festivais e mostras de cinema. Foi no decorrer desses anos que houve uma expansão no número de eventos de exibição nunca antes vista, com festivais e mostras acontecendo em diversos lugares do país, realizados sob as bases de um contexto social específico, aliás, bastante propício, uma vez que, estavam se destacando como importantes para a estruturação da cadeia do cinema e audiovisual brasileiro, sobretudo em decorrência do crescimento da produção. Inclusive com reconhecimento do governo como importantes para àquela seara, merecendo incentivos financeiros públicos para acontecerem. (COTRIM, 2017, p. 26)

Em 2002, foi realizado o primeiro Panorama Internacional Coisa de Cinema, que até o ano de 2019 teve 15 edições: não aconteceu em 2006 e 2008. A primeira

---

3 Também criada no período do regime militar, em 1974.

Mostra de Cinema Conquista, na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste baiano, aconteceu em 2004 e, em 16 anos, contou com 14 edições: não foi realizada em 2005 e 2016. Em 2005, ocorreu o primeiro Seminário Internacional de Cinema da Bahia, que depois passou a se chamar Cine Futuro.<sup>4</sup> O último ano do evento foi em 2015. Em 11 anos, ele não aconteceu em 2013 e em 2014. E em 2010, foi realizado o primeiro CachoeiraDoc: Festival de Documentários de Cachoeira, que em dez anos teve oito edições – à exceção dos anos de 2018 e 2019, retornando em 2020.

Todos os citados são os festivais de maior notoriedade e continuidade na Bahia ao longo de décadas e têm em comum a interrupção das edições. Eles começaram pequenos e recebiam apoio de instituições como universidades, prefeituras e outras instituições capazes de fornecer estrutura ou mão de obra, e foram crescendo aos poucos, tendo cada vez mais recursos públicos. Devido à descontinuidade<sup>5</sup> de políticas culturais acabam sendo interrompidos.

Apesar das políticas culturais de territorialização criadas a partir de 2007, com o governo Jaques Wagner na Bahia, que buscou descentralizar e democratizar a formulação, o planejamento e a execução de programas e ações culturais, levando-os para o interior do estado, as mostras e os festivais de cinema ainda estão concentrados na capital. Em 2017, segundo o documento *Os festivais audiovisuais brasileiros em 2017: geografia e virtualização*, de Paulo Vitor Luz Corrêa, a Bahia teve 14 mostras e festivais. Destes, nove aconteceram em Salvador e Região Metropolitana. Abaixo pode ser visto um resumo da Bahia (CORRÊA, 2018, p. 53) (Figura 1).

Os três festivais citados na Figura 1 que aconteceram em 2017 na cidade de Cachoeira foram o CineVirada: Festival de Cinema Universitário da Bahia; o CachoeiraDoc: Festival de Documentários de Cachoeira; e o Panorama Internacional Coisa de Cinema (que aconteceu em Salvador e Cachoeira). A implantação do curso de cinema em Cachoeira tem relação com a existência destes e outros<sup>6</sup> eventos na cidade e no estado e faz parte das políticas federais de

---

4 Disponível em: <http://seminariodecinema.blogspot.com/p/o-festival.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

5 Uma das tristes tradições colocadas por Rubim (2007), a instabilidade das políticas culturais.

6 Grupos da universidade como o PET Cinema UFRB e o Cineclube Mário Gusmão fazem algumas mostras. Em 2018, um aluno do curso de Cinema e Audiovisual (UFRB) iniciou o Festival Mimoso de Cinema em sua cidade natal (Luis Eduardo Magalhães). Em 2019, surge a MAR (Mulheres Ativismo Realização) em Cachoeira, criada por egressas (UFRB).

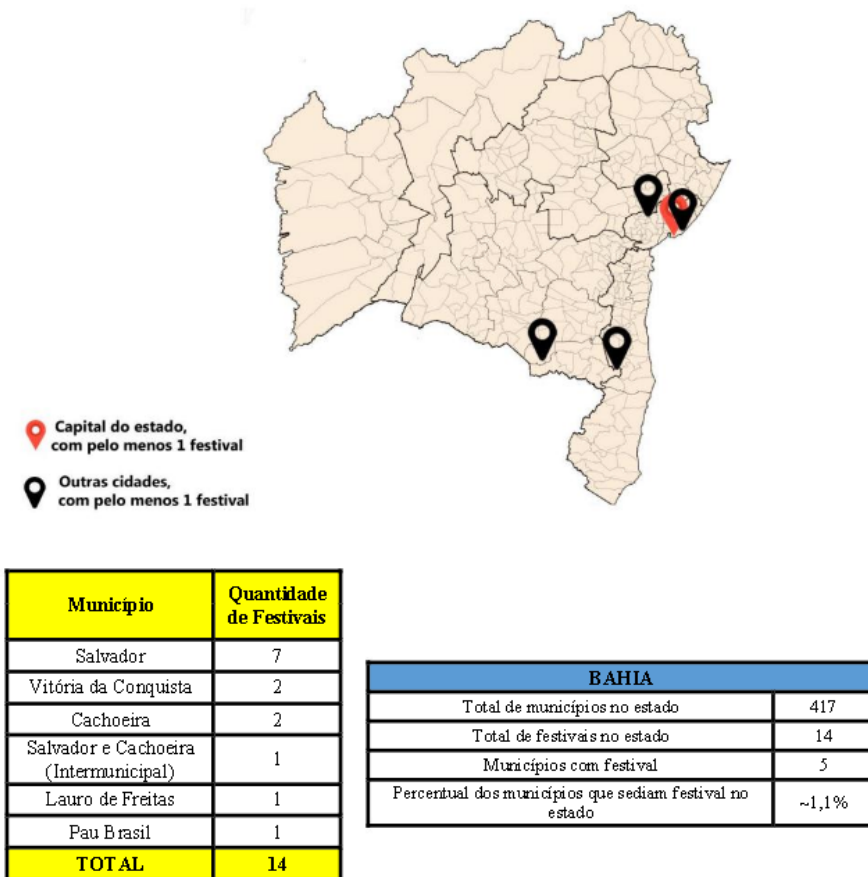


Figura 1 – Localização dos festivais audiovisuais na Bahia  
 Fonte: Corrêa (2018, p. 53).



territorialização do setor audiovisual. Entre 2005 e 2012, foram criadas 18 novas universidades e institutos federais e 173 campus universitários. Em 2005, foi implantada a UFRB, que hoje conta com sete centros de ensino em seis cidades do Recôncavo. Em 2008, foi feito o primeiro vestibular para o curso de Cinema e Audiovisual, que inicialmente tinha “ênfase em documentário”.

O projeto pedagógico diz que a criação do curso

É parte do processo de retomada do cinema brasileiro, e de toda a área do audiovisual no país, e, também, participa do esforço para colocar o Estado da Bahia na dimensão real da sua importância na história do cinema brasileiro, oferecendo a possibilidade de uma formação qualificada para os profissionais desta área da comunicação. (UFRB, [200-], p. 7)

Nesse contexto, nasce a vontade de colocar a cidade de Cachoeira como parte do circuito alternativo de exibições do país.

## Financiamento do CachoeiraDoc

O governo de Jaques Wagner na Bahia (2007 a 2014), com Márcio Meirelles e Albino Rubim como secretários de Cultura, implantou políticas culturais na Bahia baseada nas políticas federais dos ministros da Cultura Gilberto Gil e Juca Ferreira. Houve valorização do Fundo de Cultura, criado em 2005. “Entre 2007 e 2013, o Fundo de Cultura do Estado da Bahia aumentou seus recursos em 164%. [...] Tão importante quanto o aumento de recursos, foram os novos procedimentos democráticos e republicanos do Fundo [...]”. (RUBIM, 2015) Os anos de 2007 e 2008 foram de adaptação dos funcionários da Secretaria de Cultura, que estavam se adequando à crescente demanda dos proponentes, que ainda não sabiam elaborar projetos culturais ou geri-los. Nesses anos o número de inscritos foi baixo, em especial, no interior do estado. A Funceb realizou workshops de elaboração em projetos culturais em todos os territórios de identidade e a partir de 2009 o resultado pode ser visto, com crescimento do número de inscritos e diminuição da concentração na Região Metropolitana de Salvador. (LIMA, 2011)

Em 2009 o CachoeiraDoc concorreu pela primeira vez e foi contemplado no Edital de Apoio à Realização de Mostras e Festivais Audiovisuais (nº 21/2009),<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3413Ujb>. Acesso em: 4 abr. 2019.

gerido pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), na época ligado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Os cinco proponentes aprovados foram dos seguintes territórios de identidade: dois da Região Metropolitana de Salvador (sendo um o CachoeiraDoc, cujo endereço do proponente é Salvador, mas a realização do projeto é no território Recôncavo Baiano), um do Extremo Sul, um do Sudoeste Baiano e um do Sertão do São Francisco. Dentre os eventos aprovados, 80% aconteceriam no interior.

No ano seguinte, foram lançados 18 editais nas áreas de apoio às linguagens artísticas, e o CachoeiraDoc foi contemplado no edital de nº 8/2010, de Apoio à Realização de Mostras e Festivais Audiovisuais, gerido pela Diretoria de Artes Visuais e Multimeios (Dimas). O referido edital buscava apoiar até seis projetos de mostras ou festivais audiovisuais, dotados ou não de caráter competitivo, cuja duração mínima não poderia ser inferior a cinco dias.

Desde 2012, a seleção de propostas fomentadas pelo Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) para o audiovisual se dá através do Edital Setorial do Audiovisual, gerido pela Funceb. O CachoeiraDoc realizado em 2012 foi contemplado pelo edital de nº 12/2012. Esse formato, segundo a própria secretaria, objetivou estimular os diversos elos da rede produtiva do setor.

A Secretaria Estadual de Cultura tem apoiado este movimento do audiovisual e do cinema baiano, em seus mais diferentes momentos do fazer audiovisual. Ela busca estimular todos os elos produtivos deste fazer cultural. Ela hoje apoia, por exemplo, vários festivais, mostras e seminários de audiovisual e cinema na Bahia, na capital e no interior. Estes eventos tratam de muitos temas e tem possibilitado diferentes olhares, permitindo publicizar um interessante repertório audiovisual e cinematográfico para os baianos. A difusão e o debate propiciados pelos festivais, mostras e seminários são elos vitais dentro de uma política cultural voltada para o audiovisual e o cinema. Sem eles, não se alcança a abrangência necessária para o desenvolvimento consistente do audiovisual e do cinema na Bahia. (RUBIM, 2014, p. 181)

Ainda no ano de 2012 foi lançado o Edital de Eventos Calendarizados,<sup>8</sup> política que trouxe uma importante inovação para os projetos que buscam longevidade

---

8 Disponível em: <https://bit.ly/2GjBR6d>. Acesso em: 4 abr. 2019.

no cenário cultural. Fomos aprovados<sup>9</sup> no edital, que financiou o CachoeiraDoc entre 2013 e 2016.<sup>10</sup> O apoio buscava conferir estabilidade à realização de eventos consolidados, com vistas à formação de calendário cultural que contemplasse diversos segmentos da cultura e diferentes regiões do estado.

Esse edital teve impacto significativo para a realização e a consolidação de importantes festivais e mostras de audiovisual que hoje compõem o calendário cultural da Bahia. [...] cinco importantes eventos obtiveram o apoio do referido edital, condição que possibilitou a realização de edições regulares: Panorama Internacional Coisa de Cinema, CachoeiraDoc, Mostra Cinema Conquista, Seminário Internacional de Cinema – Cine Futuro e Vale Curtas, totalizando um investimento de cerca R\$ 2.940.000,00, contribuindo, assim, para a garantia de três edições (2013, 2014, 2015) desses importantes festivais. (VIEIRA; GUSMÃO, 2017, p. 42)

A oitava edição do CachoeiraDoc teve o apoio de mais uma edição do Edital Setorial de Audiovisual, em 2016, especificamente na área de desenvolvimento e difusão. Nesse ano concorremos também no Edital de Eventos Calendarizados de 2017 a 2019,<sup>11</sup> no qual infelizmente não fomos contemplados, visto que teria garantido a realização no ano de 2018 e 2019. Na Tabela 1 temos os valores apoiados a cada ano pelo FCBA:

Tabela 1 – Montante de recursos recebidos pelo CachoeiraDoc via FCBA por ano

ANO DE EXECUÇÃO	VALOR (R\$)
2010	76.500,00
2011	80.000,00
2012	93.275,00
2013	180.000,00
2014	180.000,00
2015	180.000,00

9 Disponível em: <https://bit.ly/3n1mPmz>. Acesso em: 4 abr. 2019.

10 Inicialmente o edital apoiaria eventos por três anos, mas foi prorrogado por mais um ano.

11 Disponível em: <https://bit.ly/3iiFF5n>. Acesso em: 4 abr. 2019.

ANO DE EXECUÇÃO	VALOR (R\$)
2016	180.000,00
2017	299.967,00
2018	não aconteceu
2019	não aconteceu
2020	200.000,00

Fonte: elaborada pelos autores.

Pela trajetória do evento é perceptível a importância do financiamento público para a sua execução. Financiamento que foi sendo ampliado à medida que o próprio evento tomava uma proporção maior, ao mesmo tempo que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia descontinuou o lançamento de editais setoriais para a área da cultura nos anos de 2017 e 2018. Em 2017, entretanto, foram convocados praticamente todos os projetos suplentes do edital de 2016 para execução, o que como política pública é extremamente controverso, visto que esses projetos, que passaram por um processo seletivo e não foram classificados entre os primeiros colocados, ainda assim foram contemplados. A ausência de editais nesse período comprometeu o financiamento do CachoeiraDoc.

Em 2019, com cerca da metade dos recursos<sup>12</sup> dos editais anteriores a 2016, a Secretaria da Cultura do Estado da Bahia anunciou novamente investimentos em projetos culturais da sociedade civil. Cabe ressaltar que para o setor audiovisual, foram diversas categorias divididas por origem de recursos: R\$ 5 milhões diretos do FCBA, destes R\$ 800 mil foram dedicados a mostras, festivais e eventos. Outros R\$ 15 milhões captados do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA/Ancine), recurso federal voltado para produção e distribuição de longa metragens e séries de TV.

As formas de financiamento federal via renúncia fiscal (Lei Rouanet) ou os mais novos editais da Secretaria do Audiovisual (SAV) seguem uma lógica comercial com retorno financeiro e/ou midiático que não condizem com a realidade de um festival de documentário na periferia do país (interior do Nordeste brasileiro). O último edital da SAV para festivais, por exemplo, exigia um retorno

<sup>12</sup> Em 2016, o governo baiano investiu R\$ 39.620 milhões nos editais setoriais do FCBA. Em 2019, foram R\$ 20 milhões.

financeiro do investimento dos projetos selecionados, algo inviável para um evento como o CachoeiraDoc.

14.1.1 Todas as ações/eventos objetos deste edital devem ter, obrigatoriamente, atividades/ações com perspectivas de geração de receitas para composição do lastro contratual e retorno do FSA, tais como: bilheteria, cursos/oficinas/workshops pagos, venda de espaço publicitário, locação de espaços físicos, venda de produtos (camisetas, bonés, livros, dvds, etc.);

14.1.2 A participação do FSA sobre as Receitas será equivalente a 50% do percentual a que corresponder o seu investimento no total dos recursos aplicados na realização do evento.<sup>13</sup>

Como o evento que busca fomentar o documentário numa cidade do interior cuja metade da população vive com até meio salário mínimo (IBGE, 2017) conseguiria ter ao menos 50% de sua receita com bilheteria ou produtos relacionados? Como qualquer investimento na área da cultura, há projetos que não dispõem de fatores de mercado que o auxiliem nessa dinâmica, como aponta a pesquisadora Cristiane Olivieri (2004, p. 25):

No sistema capitalista, grande parte do investimento em produção de bens de toda natureza é determinado pela garantia de ressarcimento do custo do seu processo produtivo e pela possibilidade de geração de lucros através da comercialização do produto final [...] A produção cultural, contudo, nem sempre consegue obedecer essa lógica de produção de lucros [...]. Apenas parte das produções atinge a auto-sustentabilidade e uma parcela pequena consegue gerar lucros para os produtores e artistas.

Os “lucros” do CachoeiraDoc são de outra ordem e não seguem a lógica mercadológica. Daí a dificuldade de financiamento privado para o Festival. Os ganhos dizem respeito à formação, diversidade e democratização do acesso à educação e cultura para estudantes, profissionais e público, com suas possibilidades de intercâmbio e diálogo, colocando Cachoeira na rota dos festivais

---

<sup>13</sup> Edital SAV/MINC/FSA de nº 11/2018. Disponível em: <https://bit.ly/34A1sBE>. Acesso em: 5 abr. 2019.

audiovisuais. Dizem respeito também à contribuição para a movimentação econômica do município de 33 mil habitantes que se tornou um dos principais roteiros turísticos da Bahia, mas sofre com a sazonalidade do mercado turístico, além da falta de investimentos e políticas públicas voltadas para a profissionalização e linearidade do turismo local.

Quando as políticas culturais na Bahia buscaram uma perspectiva da territorialização, em grande medida, foi para tentar mudar a realidade de determinadas regiões que apresentam diversas possibilidades de fazer cultura mas que infelizmente não conseguem ampliar ou dar continuidade a seus projetos devido à escassez de recursos. Rubim corrobora esse fato, mas se não temos incentivos reais nesse processo fica difícil dar sustentação a uma política como essa:

O processo de territorialização – assumido como política pública de cultura na Bahia – possui múltiplas dimensões e possibilidades. Por certo, uma das suas dimensões mais potentes e promissoras do projeto seja possibilitar este olhar mais amplo, diverso e plural, fazendo emergir imagens profundas e desconhecidas que conformam: a Bahia, sua rica cultura baiana e todos os baianos. (RUBIM, 2014, p. 186).

Em todo caso, vale ressaltar que o setor do audiovisual é um dos mais organizados em termos de demandas e pressão política a partir dos seus agentes. Um exemplo disso é a carta aberta ao governador Rui Costa feita pela Associação de Produtores e Cineastas da Bahia, que buscam uma resposta em relação à ausência do financiamento do setor (EM ‘CARTA...’, 2018), que poderia ser estratégico para a gestão estadual.

## Gestão de um festival

Para a realização de um evento como um festival de cinema, há uma série de demandas da área da produção cultural que precisam ser levadas em consideração. A logística de convidados é uma das principais questões para o CachoeiraDoc, visto que, além de oferecer a possibilidade de exibição de filmes, os festivais são em especial um lugar de troca, a partir da oportunidade que as pessoas têm de entrar em contato com filmes, realizadores e outras pessoas.

No CachoeiraDoc, em 2017, convidamos pelo menos um diretor de cada filme selecionado para a Mostra Competitiva Nacional para estar presente. Acreditamos que essa interação mais direta com os realizadores é um dos principais pontos positivos do evento, no qual ao longo dos dias de festival é possível encontrar os diversos convidados dialogando com estudantes que estão iniciando a sua formação acadêmica na área, por exemplo. Marcelo Pedroso, premiado realizador pernambucano, corrobora a importância dos diálogos no festival:

[...] eu, enquanto realizador, vou querer estar aqui sempre que o CachoeiraDoc selecionar um filme que eu dirigi. Porque é aqui que eu acho que os debates importantes estão acontecendo, sabe? E não é só um debate em si, é toda a construção que o festival faz. O gesto do festival, os filmes que ele prioriza, o tipo de arranjo que ele coloca para a comunidade, o tipo de formação de público que ele faz. Então, o CachoeiraDoc é para mim uma experiência completa: política, de vanguarda, e sempre que eu puder estrear filmes aqui vai ser com grande prazer. (PEDROSO, 2017)<sup>14</sup>

Como o evento é realizado numa cidade do interior da Bahia, temos aqui um custo agregado à logística, que é o deslocamento do aeroporto mais próximo, o de Salvador, distante 108 quilômetros. Outro gasto elevado na área de logística de convidados é o transporte dos realizadores, priorizados pelo festival, que sempre exibiu filmes que primam pela articulações entre cinema e ação sócio-política, como realizadores indígenas, por exemplo, que muitas vezes deslocam-se de aldeias distantes e de difícil acesso, mas se tornaram presença constante em todas as edições. Enfim, todo o processo de logística dos convidados, pensando desde o seu transporte na sua cidade de origem (que vai muito além do eixo Rio-São Paulo), o transporte de Salvador até Cachoeira, a sua hospedagem e alimentação durante o evento, até o seu regresso, é preciso ser feito de forma detalhada e organizada.

Essa função normalmente era de responsabilidade de um dos coordenadores de produção do projeto, tendo o apoio posterior de empresas que prestam serviços de transporte e agências de viagem, e de monitores que cuidam da

---

<sup>14</sup> Entrevista de Marcelo Pedroso a Adriano Garrett (site *Cine Festivais*) em 2017 quando estreou o filme *Por trás da linha de escudos*.

execução do receptivo dos convidados e do seu bem-estar ao longo do evento. “Essa é a área em que, podemos dizer, o produtor é o especialista. Ele não deve ter apenas a noção, mas conhecer profundamente tudo o que envolva a logística de um evento”. (LOBO, 2009, p. 29)

O público também é uma questão interessante para se pensar a gestão do festival. Zita Carvalhosa, fundadora e organizadora do Festival Internacional de Curtas-Metragens de São Paulo, em entrevista a Thaís Ravicz (2005) falou sobre os diferentes perfis de público: “Os festivais em cidades onde não existe cinema são completamente distintos dos festivais em grandes centros e cada um deve ter o seu perfil de público.” (CARVALHOSA, 2005 apud RAVICZ, 2005, p. 77)

O CachoeiraDoc é um festival segmentado de documentário numa cidade do interior do Nordeste sem hábito de cinema, apesar do Cine Theatro Cachoeirano ter sido reinaugurado em 2014, ainda não há exibição regular de filmes. A comunidade universitária da UFRB, em especial com os cursos de Cinema, Comunicação, História, Artes Visuais e Ciências Sociais do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira, é o principal público do festival. Cinéfilos, estudantes, profissionais e pesquisadores de Salvador, estudantes de outros cursos de cinema do país, além dos realizadores convidados completam o conjunto frequente do evento. Como foi descrito, grande parte do público não é da cidade. Então, faz parte da produção do Festival gerenciar a demanda, mesmo que indireta, de hospedagem, alimentação e transporte desse público vindo de outros locais. Por vezes surgem caravanas, como foi o caso de um grupo de estudantes de cinema da Universidade Federal Fluminense (UFF) que precisava de hospedagens baratas e a solução encontrada foi colocar os estudantes de Cachoeira em contato com eles através das redes sociais para que fossem feitas hospedagens solidárias.

Há também um público mais disperso composto por moradores de Cachoeira e São Félix (cidade-irmã separada por uma ponte) curiosos que participam das sessões (sempre gratuitas) e oficinas. E essa presença é constantemente estimulada pelo festival, e de uma forma mais ampla por outras ações do curso de Cinema na cidade, por meio de oficinas ao longo do ano e também por atividades cineclubistas. O festival faz também sessões específicas para o público escolar, cuidando de toda a logística da vinda dos estudantes (muitas vezes da zona rural), alimentação e relação com as secretarias de educação. Algumas sessões têm mais apelo popular, como foi o caso de duas sessões lotadas em 2011 por



torcedores do Bahia com o filme *Bahêa minha vida*<sup>15</sup> ou em sessões em praça pública. Em todas as sessões, internas ou externas, os cuidados com infraestrutura, como conforto, iluminação e segurança para o público, são essenciais para garantir que a produção se mantenha invisível nos bastidores.

Outro ponto que merece destaque na gestão é a contratação de parte dos estudantes do curso de Cinema e Audiovisual da UFRB como monitores, júri, e comissão de seleção do CachoeiraDoc. Acreditamos na importância desse processo para a formação e qualificação desses discentes, como um projeto de extensão junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição, além de uma experiência de trabalho na área, já que estágios e trabalhos na cidade de Cachoeira não dão conta da demanda profissionalizante da comunidade estudantil.<sup>16</sup> A cada edição do CachoeiraDoc promovemos chamadas públicas para a monitoria, em diferentes áreas, e encontros com os monitores para treinamento e alinhamento das funções. Em geral existem monitores nas áreas do registro audiovisual, registro fotográfico, receptivo dos convidados, apoio da estrutura técnica e apoio no cinema. Podemos perceber um exemplo desse aprendizado e desse processo formativo na carta de intenção de um dos candidatos para a monitoria no ano de 2017:

Acredito que trabalhar no festival me proporciona maior amadurecimento como fotógrafo, e um encaminhamento maior para o mercado de trabalho. No evento do ano passado, o ambiente de troca e aprendizado me fez crescer bastante no pessoal e profissional. Ficaria muito feliz em contribuir criativamente este ano. (INSCRIÇÕES..., 2017)

Outro fator importante para gestão de um festival, bem como de outros eventos na área cultural, é o relacionamento com prestadores de serviço locais e empresas, assim como apoiadores e parceiros institucionais que trazem recursos além dos financeiros ao evento. Cabe ressaltar a importância dada pela produção do Festival à utilização de mão de obra local para realização de parte das

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.cachoeiradoc.com.br/2011/sessoes-especiais.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

<sup>16</sup> Mais informações sobre a importância desse processo formativo no texto "Memórias de uma árvore empessarinhada: formação e extensão no CachoeiraDoc", de Ana Rosa Marques, neste livro.

atividades do evento, como era o caso do artesão Louco Filho, que criava o troféu da Mostra Competitiva, por exemplo.

A UFRB tem papel fundamental na realização do festival, em conjunto com a Ritos Produções. Além de possibilitar o apoio em algumas edições através da cessão de transporte, passagens aéreas e diárias para convidados, a universidade cede prestígio institucional ao evento, que é um projeto de extensão, o que possibilita certificar os participantes e utilizar equipamentos e instalações do CAHL. Essa parceria potencializa a capacidade de diálogo da universidade com a sociedade e com a comunidade local, contribuindo para que a instituição desenvolva plenamente sua capacidade de ser um agente privilegiado de formação cultural.

A cidade de Cachoeira, por meio da prefeitura municipal e da Secretaria de Cultura e Turismo, também é parceira institucional importante. Ao longo das últimas oito edições do festival, tratamos com diferentes gestores municipais, sempre buscando colocar a gestão da cultura municipal como parceira na promoção do evento através de cessão de uso do espaço público e apoio de iluminação e segurança, além de intermediação da relação com escolas do município. Essa parceria se estreitou com a reinauguração do Cine Theatro Cachoeirano, administrado pela prefeitura, em 2014. “O espaço, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, estava desativado há cerca de 20 anos e teve investimento em torno de R\$ 6 milhões para ser reativado”. (CINE-THEATRO..., 2014)

As primeiras edições do CachoeiraDoc tinham as suas projeções no Auditório do CAHL-UFRB, um espaço amplo e confortável. Mas realizar um festival de cinema numa sala de cinema de rua numa cidade do interior foi algo que nos fez repensar inclusive a dinâmica da programação do evento. Um cinema que fica numa das ruas mais movimentadas e boêmias da cidade de Cachoeira, com tudo o que há de bom e ruim nisso.

A transposição do festival para uma sala de cinema também trouxe novas possibilidades técnicas. A exibição pôde contar com o *digital cinema package* (DCP), formato utilizado amplamente na distribuição e na exibição do cinema digital no mundo, tanto nos festivais de cinema quanto nos circuitos comerciais. Infelizmente o equipamento que permite tal exibição precisa de melhores instalações e manutenção no Cine Theatro Cachoeira e deixou de funcionar em 2017, com apenas três anos de uso, apesar da intervenção direta do CachoeiraDoc numa tentativa de conserto e manutenção do equipamento do Cine Theatro.

A edição de 2017, retomou a exibição em formatos digitais mais comuns dos arquivos e projetores da universidade.

Na discussão sobre formatos analógicos e digitais para o cinema, a qual não iremos adentrar, cabe referenciar o que Marcelo Ikeda disse em entrevista à pesquisadora Thaís Alves Ravicz:

A vantagem da projeção digital pro documentário é que, muitas vezes, o documentário é todo captado em vídeo, então, o custo do transfer às vezes inviabiliza o valor do documentário, tem um peso muito significativo no orçamento. Então, se a pessoa puder fazer uma cópia em HD, que vai ser caro, mas muito mais barato do que o transfer, se ela puder projetar isso em digital, vai ser uma economia muito grande. Alguns documentários só foram exibidos em cinema por conta da projeção digital. Comparando com os filmes de ficção, isso teve uma repercussão bastante expressiva. (IKEDA, 2005 apud RAVICZ, 2005, p. 40)

Cabe também citar aqui como a mudança tecnológica foi importante nesse processo de oito edições de realização de um festival. Nos primeiros eventos, para submeter um filme à curadoria da Mostra Competitiva era necessário encaminhar, via postal, dois CDs ou DVDs com os arquivos dos filmes, além de um CD com fotos do diretor e *still*. A partir de 2014, com a popularização e avanços tecnológicos, já foi possível submeter os filmes por meio de *link* de sites de hospedagem de arquivos ou vídeos, normalmente com senha, para visualização por *streaming*. Isso facilita não apenas a inscrição dos produtores dos filmes, que assim a fazem de forma não onerosa, como também o processo de produção e curadoria, que pode ser mais dinâmico e com pessoas em diferentes localidades, tendo em vista que não é mais necessário encaminhar as cópias físicas através de vários CDs.

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, a tecnologia colaborou com o aumento do número de inscritos na Mostra Competitiva do Festival. Entre 2013 e 2014, quando houve a mudança de submissão física para digital, tivemos um aumento de 38% nas inscrições.

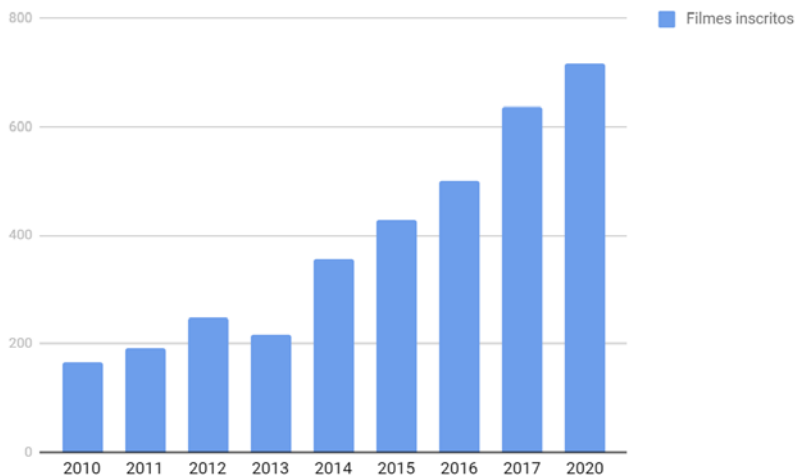


Gráfico 1 – Filmes inscritos na Mostra Competitiva ao longo dos anos  
 Fonte: elaborado pelos autores.

## Considerações

O CachoeiraDoc acontece em um dos raros cinemas de rua em operação no interior do estado da Bahia, reunindo estudantes, pesquisadores, cineastas, artistas, comerciantes, professoras, para assistir filmes de todo o Brasil, debater e pensar a vida através do cinema. Ao mesmo tempo que desenvolve projetos de extensão para as comunidades locais, o CachoeiraDoc faz de Cachoeira um lugar de encontros e intercâmbios, de onde se tem interrogado e instigado o cinema produzido no Brasil, colocando a Bahia na rota dos eventos cinematográficos mais respeitadas do país.

Depois de oito edições do Festival podemos concluir que os encontros são potencializados pelo fato da cidade ser pequena, visto que nos dias em que o público-turista está na cidade muito provavelmente estará reunido em poucos lugares diferentes. Então, para além dos debates nas salas de exibição e oficinas, assistir a um show ou partilhar uma comida também faz parte dos atrativos do evento. As festas dentro do festival foram momentos que desdobravam os contatos e a troca de experiências, momentos de apresentar a riqueza musical da

região e de fazer dialogar a temática do evento com outras manifestações artísticas.

Do futuro pouco se sabe, e nesse momento com a emergência da extrema direita no poder e desmonte das políticas culturais, menos ainda. O Plano Nacional de Cultura, o primeiro a ser feito num período democrático no Brasil, tem a sua previsão de encerramento no ano de 2020, mas já se sabe que uma série de metas não conseguirão ser atingidas devido aos períodos de instabilidades e ausências que vivemos nas políticas culturais. Há algumas metas desse plano que tratam especificamente do audiovisual, como a de número 27: “27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema”. (27% DE..., 2017) No caso dos eventos há uma meta, a de número 24, que trata especificamente da produção e a circulação de espetáculos e atividades artísticas, tais como festivais, mostras, exposições, espetáculos e atividades de artes visuais, teatro, dança, circo, música e outras linguagens artísticas. A meta busca uma não concentração dos recursos apenas nos grandes centros urbanos, mas até o momento, pelo menos na região Nordeste, só foi alcançado um percentual de 12% de municípios com projetos fomentados com recursos federais, ou seja, 221 municípios de um total previsto de 1.076 a cada ano. (META 24..., 2018) Espera-se pela volta dessas políticas públicas o quanto antes para que perspectivas pluralistas como o CachoeiraDoc possam continuar sonhando e executando um novo mundo através do cinema.

O CachoeiraDoc retoma as suas atividades em 2020 após dois anos de pausa, mas sabemos das possibilidades de inconstâncias das políticas culturais. O projeto que foi contemplado pelo FCBA seria realizado entre os dias 26 a 31 de maio de 2020, mas devido à pandemia de Covid-19 o evento não pôde ser feito de forma presencial. Nas datas previstas foi feita uma atividade de forma remota com exibição de filmes e dois debates com as curadoras e curadores: Festival Impossível, Curadoria Provisória<sup>17</sup>. Os números foram expressivos: 6.300 visualizações dos filmes durante 15 dias e 1.200 pessoas participando dos debates. Será que o *on-line* veio para ficar de alguma forma como uma alternativa? A nona edição acontece também de forma remota em dezembro de 2020, mas as reflexões sobre esta forma de fazer um festival de cinema sem o encontro presencial com o público fica para uma outra ocasião.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.cachoeiradoc.com.br/festivalimpossivel/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Reiteramos de toda forma a necessidade e importância dos encontros presenciais na cidade de Cachoeira e em outras cidades do interior da Bahia e de outras cidades às margens da produção cultural, contribuindo com a difusão do audiovisual brasileiro e a diversidade de encontros através do cinema.

## Referências

27% DE participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema. Brasília, DF: Secretaria Especial da Cultura, 2017. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metras/27/>. Acesso em: 5 abr. 2019.

ALENCAR, Miriam. *O cinema em festivais e os caminhos do curta-metragem no Brasil*. Rio de Janeiro: ArteNova, 1978.

BEZERRA, Laura; ROCHA, Renata. Políticas de audiovisual. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org.). *Políticas culturais*. Salvador: Edufba, 2012. p. 113-137.

CINE-THEATRO Cachoeirano, na BA, é reinaugurado após 20 anos fechado. *GI Bahia*, Salvador, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/2GjaUzS>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CÔRREA, Paulo Vitor Luz. Os festivais audiovisuais brasileiros em 2017: geografia e virtualização. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://bit.ly/33WSnBs>. Acesso em: 19 abr. 2019.

COSTA, Mannuela Ramos da. Cinema, desenvolvimento e o papel dos governos estaduais no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 130-139, 2013.

COTRIM, Tamara Chéquer. *Festivais e mostras de cinema na Bahia contemporânea: memória e processos de formação cultural*. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

EM ‘CARTA Aberta’, Associação de Produtores e Cineastas da Bahia cobra Editais ao governador. *Interior da Bahia*, [s. l.], 7 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3n2t8Xk>. Acesso em: 5 abr. 2019.

IBGE. *Cidades: Cachoeira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/36dwJeR>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSCRIÇÕES até dia 10/8 para colaboradores do CachoeiraDoc.  
Cachoeira: CachoeiraDoc, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2G9On8J>.  
Acesso em: 5 abr. 2019.

LIMA, Hanayana Brandão G. F. *Políticas culturais na Bahia: gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009)*. Dissertação (Mestrado em Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

LOBO, Carla. *Diário de produção: relatos, dicas, experiências e casos de quem aprendeu a produção cultural na prática*. Belo Horizonte: [s. n.], 2009.

MARSON, Melina Izar. *O cinema da retomada: Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine*. 2006. 2002 p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281517>. Acesso em: 26 set. 2020.

META 24: 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais. Brasília, DF: Secretaria Especial da Cultura, 2018. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2017/07/28/meta-24/>. Acesso em: 5 abr. 2019

OLIVIERI, Cristiane Garcia. *Cultura neoliberal: leis de incentivo como política pública de cultura*. São Paulo: Escrituras, 2004.

PEDROSO, Marcelo. “Só a partir da escuta é que podemos pensar numa possibilidade de transformação”. [Entrevista cedida a] Adriano Garrett. *Cine Festivals*, São Paulo, 12 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3kP7bJ2>. Acesso em: 18 abr. 2019.

RAVICZ, Thaís Alves. *Novos caminhos para o cinema documentário: a redescoberta do gênero no século XXI*. 2005. Monografia (Bacharel em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/30cK833>. Acesso em: 5 abr. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais na Bahia contemporânea*. Salvador: Edufba, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Discurso de Albino Rubim (transmissão de cargo – 2015)*. Salvador: Secult, 7 jan. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3mWn4zu>. Acesso em: 18 abr. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 11-36.

UFRB. *Curso de cinema e audiovisual com ênfase em documentário*. Cruz das Almas: UFRB, [200-]. Projeto pedagógico. Disponível em: <https://bit.ly/3331fGv>. Acesso em: 16 abr. 2019.

VIEIRA, Mariella Pitombo; GUSMÃO, Milene. O mercado audiovisual brasileiro, o circuito alternativo de exibição, as mostras e festivais de cinema na Bahia contemporânea. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 53, n. 1, p. 36-45, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/30dldfX>. Acesso em: 5 abr. 2019.